

Tema:

Memória, Ciência, Arte e Tecnologia

Técnicas para deletar lembranças:
a informatização da memória e do esquecimento

PAULA SIBILIA

Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação (UFF), mestre em Comunicação (UFF) e doutora em Saúde Coletiva (IMS-UERJ) e em Comunicação e Cultura (ECO-UFRJ)

“Por que não melhorar o cérebro? Talvez no futuro poderemos implantar uma pequena versão do Google que você poderia simplesmente plugar no seu cérebro”.

Sergey Brin (co-fundador do Google)

“A memória é a mais épica de todas as faculdades.”

Walter Benjamin

Nestes inícios do século XXI, as mídias de todo o planeta ecoam efusivamente as promessas exaladas pelas descobertas tecnocientíficas mais recentes. [1] Com uma frequência quase diária, são divulgadas as reluzentes verdades que as novas “ciências da vida” não cessam de expelir, com especial destaque para a genética e as neurociências. Nesse profuso manancial de novidades, que irriga tanto os noticiários audiovisuais como as páginas de revistas e jornais, somos acometidos por manchetes deste tipo: “Drogas que alteram a memória podem reescrever seu passado”, “Chip cerebral: implantes otimizarão o funcionamento da memória”, “Apagando recordações: cientistas já sabem como eliminar lembranças nefastas”, “Revelam a base bioquímica da droga do esquecimento”. Todos esses anúncios glosam, com diverso grau de sensacionalismo e credibilidade, o crescente número de estudos difundidos através de prestigiosas publicações técnicas e *journals* com alta legitimidade científica.

Essas reportagens despertam grande interesse no público leigo, embora o deslumbramento inicial costume se diluir logo em seguida no oceano da saturação informativa cotidiana, metabolizado com as doses habituais de apatia e indiferença. Porém, mesmo sendo inauditas as possibilidades que tais desenvolvimentos prometem, os cenários que evocam já foram aventados na ficção-científica, e condensam uma das aspirações mais audazes da nossa civilização. Eis o fabuloso sonho que tais anúncios estimulam no imaginário contemporâneo: administrar a memória humana como se fosse o disco rígido de um computador. Uma ambição que suscita tanto fascínio como espanto, e que até pouco tempo atrás não teria ultrapassado os ambíguos terrenos da especulação filosófica ou artística.

Mas agora já não se trata de um mero delírio de alquimistas desvairados: diversas equipes científicas estão trabalhando seriamente nessas pesquisas, em laboratórios universitários e corporativos espalhados pelo planeta. Enquanto alguns tecem colaborações para acoplar os esforços, todos urdem uma disputa tácita entre si e uma corrida contra o tempo, sob a aspiração de serem os primeiros a patentear tamanha panaceia. Até alguns dos críticos mais acérrimos destes projetos não duvidam que tanto os “implantes de memória” como as “drogas do esquecimento” logo estarão disponíveis no mercado. Os prazos variam, mas todos os prognósticos apontam para um futuro muito próximo: daqui a uma ou duas décadas, talvez menos ainda. Cinco anos, por exemplo, é a data pressagiada por Richard Glen Boire, diretor de uma instituição com sede na Califórnia cujo fim consiste na defesa da liberdade de pensamento. Esse especialista emite uma das vozes que orquestram as reportagens acima mencionadas; neste caso, trata-se de um artigo publicado na revista *New Scientist* no final de 2005. De acordo com o jurista, tais dispositivos afetarão fortemente nossas vidas, por serem capazes de “alterar o núcleo do que significa ser humano”. (VINCE, 2005)

Evidentemente, não se trata de um assunto menor. Contudo, esse diagnóstico também coincide alguns dos pesquisadores mais destacados da área, como é o caso do neurocientista Eric Kandel, que em 2000 obteve o prêmio Nobel por suas pesquisas realizadas na Universidade de Columbia. “Não há dúvida que a tecnologia para apagar lembranças logo existirá”, afirma Kandel, autor do livro *In Search of Memory: The Emergence of a New Science of Mind*. Entretanto, esse pesquisador também admite que “essas drogas irão nos converter em piores pessoas”, como afirmou em 2005, porque inibirão as reflexões sobre as consequências de nossas ações, que fenecerão esfaceladas no nevoeiro do esquecimento. Por isso, o próprio Kandel frisa a necessidade de convocar para um debate prévio aos eventuais lançamentos comerciais, a fim de avaliar as implicações éticas desses projetos. Já o neurologista Martín Cammarota, integrante de uma equipe de pesquisa sediada no Brasil, afirma não ter dúvidas quanto à “possibilidade certa que teremos no futuro, talvez em 20 ou 25 anos, de modificar seletivamente as nossas lembranças”. E o sucesso previsto para tais descobertas é garantido, pois “se existir um jeito de apagar memórias particulares, a indústria farmacêutica

não deixaria de faturar em cima; venderia mais do que Prozac e Viagra juntos”. (GARCIA, 2007)

Mas por que tanto entusiasmo? A memória e o esquecimento são assuntos bastante debatidos nestes inícios do século XXI, não apenas nos discursos proferidos pelos cientistas das áreas biológicas e em suas experiências concretas nos laboratório, mas também em diversas manifestações artísticas e outros domínios da cultura contemporânea. Hoje em dia, porém, como uma herança bem atualizada das antigas preocupações platônicas à raiz da invenção da escrita, o maior incômodo se refere à deterioração da capacidade de lembrar. Preocupam as possíveis falhas da memória, que ora se apresentam como um efeito das novas tecnologias informáticas, ora estas últimas aparecem travestidas como os arcanjos da sua possível solução. Não surpreende que tudo isso ocorra enquanto se popularizam os dispositivos que permitem “digitalizar as lembranças” armazenadas em antiquados suportes analógicos, tais como as fitas de vídeo ou os cassetes de áudio, as fotografias impressas que vão ficando desbotadas e os velhos filmes familiares registrados em super-8.

Em definitivo, um tipo de técnica ilustra a outra: emulando com certa inveja as práticas soluções da área informática, as pesquisas neuroquímicas tentam evitar a pavorosa ameaça de que os mecanismos mentais percam a sua eficiência. Se estes deixarem de funcionar da maneira adequada, os prezados arquivos da nossa memória orgânica também se desvanecerão fatalmente. Essa insuficiência técnica dos circuitos cerebrais que sustentam o funcionamento mental – e que possibilitam a memorização – resume, entre nós, as aceções mais correntes do esquecimento. Afinal, eis a definição mais sucinta e precisa de “memória”, de acordo com um renomado neurocientista da área: “é a aquisição, a formação, a conservação e a evocação de informações”. (IZQUIERDO, 2006: 9) Por isso, o que se busca com tanta intensidade é a invenção de técnicas capazes de administrar esse valioso dispositivo com a maior eficácia possível, remedando as evidentes “falhas” do equipamento biológico natural do corpo humano, e visando a aumentar seu rendimento graças à otimização dos recursos.

RECEITAS PARA DELETAR INFORMAÇÕES ARQUIVADAS (OU PARA FAZER *BACKUP*)

Por mais mirabolantes que possam parecer, essas investigações estão começando a obter bons resultados, a julgar pelos depoimentos dos especialistas e pelas notícias fartamente divulgadas na mídia global. Assim, por exemplo, os jornais anunciam que diversas versões de um produto capaz de “apagar más lembranças” estão prestes a serem criadas. Pesquisas realizadas nos últimos anos teriam demonstrado que a memória humana é mais plástica do que outrora se pensava e, portanto, nossas recordações são potencialmente moldáveis ou tecnicamente manipuláveis. Isso parece ser especialmente válido com relação àquelas lembranças que já estão “consolidadas”, de acordo com o vocabulário neurocientífico. Ou seja, aquelas que a partir do reforço de sua rede de

sinapses abandonaram a categoria de “memória de curto prazo” para se tornarem “memória de longo prazo”. Em que pese a firmeza que exprime o termo “consolidação”, as conexões sinápticas que configuram essas recordações não são indelévelis: agora sabemos que elas podem ser não apenas fortalecidas mas também enfraquecidas ou mesmo interrompidas, por meio de substâncias químicas que inibem ou potencializam a síntese das proteínas necessárias para a sua permanência.

Nesse sentido aponta um estudo publicado no *Journal of Psychiatric Research* em 2007, a partir dos trabalhos realizados nos últimos anos pelas equipes de Roger Pitman, psiquiatra da Universidade de Harvard, e Karim Nader, psicólogo da Universidade McGill. Segundo essas descobertas, o cérebro lida de uma maneira peculiar com as lembranças bem consolidadas dos eventos traumáticos ou “carregados de emoções”, usando recursos distintos daqueles acionados nas recordações comuns. Portanto, uma vez identificados os mecanismos cerebrais responsáveis por esses processos, seria possível utilizar drogas capazes de “bloquear” ou inclusive “apagar” tais memórias no nível molecular, evitando assim a sua “reconsolidação”. A grande notícia é que essa poderosa substância já existe: denomina-se *propranolol* e é um betabloqueador que inibe os efeitos normalmente implícitos na consolidação dessas lembranças mais contundentes. As experiências de laboratório provaram não apenas que a substância subministrada algumas horas depois do evento psicologicamente traumático “reduz as respostas fisiológicas durante o imageamento mental subsequente ao incidente”, mas a sua eficácia também foi verificada quando ministrada imediatamente após a mera evocação de episódios traumáticos do passado mais distante. (PITMAN; NADER, 2007) Nada disso é banal: de acordo com um dos cientistas que lideraram essa pesquisa, inclusive, trata-se de “uma das descobertas mais excitantes da história da psicologia”. (VINCE, 2005)

Tanto arroubo não deixa de provocar, porém, certa polêmica, pois se essa droga for realmente efetiva em seus propósitos, seria possível retocar e fazer ajustes em nossas lembranças, eliminando também os sentimentos e emoções a elas associados, tais como a culpa, a vergonha ou a pena. Diante desse complexo dilema, há quem defenda que os indivíduos deveriam ter o direito de administrar as próprias lembranças, citando acidentes, estupros ou guerras. Enfim: vivências cujos vestígios seriam preferíveis extirpar da memória, a critério de cada um, ou pelo menos torná-los mais leves e toleráveis graças à diminuição de sua “carga emocional”. No entanto, para além desses fins nobres e do indubitável valor que implicaria poder dispor dessa opção, a ninguém escapa que um medicamento desse tipo também poderia ser usado para que qualquer pessoa que assim o desejar possa se livrar de lembranças incômodas, embora estas não sejam consideradas patológicas, tais como episódios humilhantes ou desagradáveis da própria história vital. E isso já se torna mais complexo ou problemático.

Essa possibilidade, aliás, foi dramatizada no filme *Brilho Eterno de Uma Mente sem Lembranças*, dirigido por Michel Gondry em 2004. Os personagens desse enredo fictício contratam os serviços

de uma empresa de nome eloquente, Lacuna, especializada em realizar essas operações de apagamento de lembranças a fim de aliviar o sofrimento de seus clientes: aflições causadas por amores frustrados e outras desgraças mais ou menos cotidianas. Endossando a verossimilhança de uma tal proposta comercial, a fictícia empresa Lacuna de fato possui um site na Internet, no qual são promovidas as vantagens de seus serviços e é possível consultar os depoimentos de diversos clientes satisfeitos com a operação. Passando mais decisivamente da ficção para a realidade, segundo um dos cientistas responsáveis pelas pesquisas antes citadas, qualquer lembrança emocionalmente forte, “desde ganhar na loteria até a morte de um ente querido”, poderia ser apaziguada através do mesmo procedimento técnico que está sendo desenvolvido nos laboratórios contemporâneos. A nova droga seria capaz de reduzir a carga das lembranças emotivas, fazendo com que estas atinjam o nível das “lembranças ordinárias”, que são menos intensas e perturbadoras do que aquelas outras. (VINCE, 2005)

Assim, quem sofre de estresse pós-traumático, por exemplo, deveria ingerir o remédio ao relembrar do episódio problemático, pois esse momento em que se vivencia um *flashback* do incidente seria o instante exato em que tais recordações se tornam manipuláveis e potencialmente “apagáveis”. O que ocorreria, porém, se nesse momento o sujeito sob tratamento lembrasse de um outro evento que não deseja descartar, mas também aparece impregnado de emoções? Os cientistas admitem que o risco existe: essa reminiscência poderia se esvaecer entre as demais lembranças ordinárias, ou inclusive, desaparecer para sempre. E o que aconteceria se fosse possível eliminar a recordação de um crime, de modo que seu autor esquecesse de tê-lo cometido? Cabe perguntar, ainda, se seria possível suprimir memórias alheias, e todo um conjunto de questões igualmente complicadas.

Um grupo de pesquisadores latino-americanos também apresentou suas descobertas rumo à criação de uma droga capaz de “apagar lembranças seletivamente”. (GARCIA, 2007) Alguns dos resultados foram publicados em periódicos como *Learning and Memory*, em 2005, e *Proceedings of the National Academy of Sciences*, em 2008, e em seguida divulgados em notícias, entrevistas e reportagens nos meios de comunicação de massa, explorando o apelo da novidade e o forte interesse despertado pelo tema. A equipe é liderada pelo neurocientista Iván Izquierdo, do Centro de Memória da Universidade PUC-RS, na qual participa o já mencionado Martín Cammarota; e por Jorge Medina e Pedro Beckinschtein, da Universidade de Buenos Aires (UBA). Esses cientistas constataram que uma recordação só persiste no tempo se, algumas horas depois de ter se configurado, o cérebro sintetizar uma proteína que interveio em sua formação. É a ação desta substância – denominada BDNF ou *Brain Derived Neurotrophic Factor* – que poderia ser controlada quimicamente durante essa evocação tendente a consolidar a lembrança, para que esta se torne esquecível em vez de ficar registrada com maior vigor ainda.

Também nesse caso, o alvo que justifica as pesquisas é a cura do estresse pós-traumático, mas

o eventual medicamento assim desenvolvido permitiria modificar a duração e a intensidade de qualquer lembrança, tanto visando a “apagá-la” como a “fixá-la”. Em uma de suas experiências mais recentes, efetuadas com ratos, os cientistas conseguiram “aumentar de sete a dez vezes a persistência de uma lembrança no cérebro”, em um fenômeno qualificado como “reversão do processo de esquecimento”. (GARCIA, 2008) Assim, enquanto dois anos antes estes cientistas tinham demonstrado que se a síntese de proteínas for bloqueada no hipocampo no momento da consolidação, “a lembrança não persiste”, na pesquisa mais recente comprovaram a possibilidade oposta: que se o BDNF for injetado logo depois desse momento, a lembrança pode perdurar durante um período bem mais longo. Portanto, como conclusão parcial, os pesquisadores demonstraram que por meio da administração de produtos químicos seria possível “modificar a duração das lembranças”. (BAR, 2008)

Embora esses inquietantes produtos farmacêuticos tão profusamente anunciados ainda não estejam disponíveis no mercado, o sucesso de um longa-metragem como *Brilho Eterno...* sugere que existe certa “demanda reprimida” para uma tal solução técnica. Mas esse não é o único filme recente a tocar no assunto: enquanto o mal de Alzheimer se espalha como um dos fantasmas mais temíveis que assombram o final de nossas vidas cada vez mais longas – embora ainda sujeitas à mecânica fatal do envelhecimento e da morte – abundam filmes como *Memento*, *Os Esquecidos*, *O Homem sem Passado*, *Spider*, *A Identidade Bourne*, *Longe Dela* ou *Iris*, que também encenam a perda da memória. Junto com esse apavorante esquecimento, quase sempre se esfacela a “identidade” do sujeito em questão, pois seu cerne é atingido pelo vazamento das próprias lembranças. Acompanhando as recordações pessoais, também costuma escoar tudo aquilo que o indivíduo é — ou *era*. Como diz, mais uma vez, o neurologista Martín Cammarota: “nós somos o que lembramos que somos”. (GARCIA, 2007) Portanto, se o medicamento que sua equipe está desenvolvendo de fato funcionar, poderíamos deixar mesmo de ser aquilo que supostamente fomos, mas já não lembramos.

Essa definição da subjetividade ancorada na memória possui uma rica história na tradição ocidental, que remonta a pensadores do final do século XVII e funda uma das noções mais robustas do sujeito moderno. Ao apontar a continuidade da memória e da consciência individual como o âmago da “identidade pessoal” e a medula de um “eu autêntico”, essa noção chega a sugerir inclusive a possibilidade de dispensar a índole corpórea da subjetividade, ao privilegiar esses fatores supostamente imateriais que constituiriam a essência de cada indivíduo. (VIDAL, 2002: 950) Agora, porém, nos inícios do século XXI, talvez os dispositivos que prometem a administração técnica das próprias lembranças anunciem uma ruptura com relação a esse paradigma, insinuando a abertura para um horizonte que já foi batizado como *pós-humano*.

Essa nova torção do devir subjetivo decorre do aprimoramento técnico que vem sendo praticado no organismo do *homo sapiens*, e que denotaria um tipo de “evolução” não mais meramente

biológica e natural, porém artificial e, portanto, *pós-orgânica* ou *pós-biológica*. Alguns autores vão ainda mais longe, e chegam a propor a construção de uma versão do organismo humano inteiramente “melhorada” com recursos técnicos. Um dos profetas desse apocalipse às avessas é Ray Kurtzweil, que celebra o advento do “ser humano 2.0” para superar a vetusta versão original. Esse pesquisador clama por uma “reengenharia fundamental” do antiquado corpo humano, essa enferrujada carcaça “susceptível a panes, doenças e envelhecimento”. Pois se hoje estamos “limitados a meras centenas de trilhões de conexões entre neurônios”, por exemplo, o futuro próximo anuncia várias possibilidades de aumentar a potência desse equipamento biológico básico, tais como a instalação de pequenos *nanobots* no cérebro que interagiriam com os neurônios, a fim de “expandir nossas memórias e a capacidade de pensar de um modo geral”. (KURTZWEIL, 2003: 9)

UMA MENTE COMPATÍVEL COM OS COMPUTADORES

Em meio a essas turbulentas novidades, se antes asseverou-se que “quase” sempre a perda da memória tão tematizada no cinema contemporâneo implica uma dissolução do sujeito nas trevas do nada, é porque há exceções. E estas são muito significativas, pois parecem exprimir um desejo de evitar essa fatalidade de perder-se junto com a fragilidade da própria memória demasiadamente humana – esse acervo de vivências pessoais estocadas no cérebro, como etéreas relíquias sempre ameaçadas na vertigem da atualidade. Essa importante exceção reside nos filmes de ficção-científica. Ou, mais precisamente, em todos aqueles relatos nos quais intervêm máquinas informáticas: computadores e outros dispositivos do gênero. É o caso de *Brilho Eterno*, mas também de *Johnny Mnemonic*, *Total Recall*, *Estranhos Prazeres*, *O Pagamento* e *Violação de Privacidade*. Ao que parece, os aparelhos digitais poderão nos salvar dessa perda fatal. E a tecnologia promete ainda mais: propõe-se a nos dotar de novas memórias, belas lembranças personalizadas ou customizadas, reminiscências encomendadas à medida de acordo com o gosto de cada consumidor. E, quem sabe, ainda é possível que a nossa fabulosa tecnociência também consiga aplacar, de maneira rápida, eficaz e indolor – talvez, inclusive, pelo mesmo preço – aquelas recordações indesejáveis que teimamos em conservar.

Mas as metáforas computacionais para aludir ao funcionamento da memória não brotam apenas das telas do cinema: elas estão por toda parte, tanto nas pesquisas de ponta como nas conversas cotidianas. Quando o Dr. Cammarota explica a base neuroquímica do ato de lembrar, por exemplo, várias imagens desse tipo ornaram seu discurso. No momento em que uma lembrança antiga ressurge para assistir na compreensão do presente, diz o pesquisador que “o cérebro a reabre para modificá-la e depois guardá-la de novo”. (GARCIA, 2006) É justamente nesse instante que uma “droga do esquecimento” poderia fazer efeito, nesse procedimento tão equiparável ao gesto cotidiano de abrir e fechar arquivos em nossos computadores. Uma ação comparável, in-

clusive, à maneira com que lidamos com os *posts* que conformam os blogs e fotologs, esses canais disponíveis na Internet nos quais cada vez mais usuários registram todas as peripécias de suas vidas por meio de palavras e imagens.

O ato orgânico implicado em cada recordação requer a produção de uma série de proteínas cuja composição poderia ser artificialmente alterada. E um dos paradoxos implícitos nesses mecanismos cerebrais cujos mistérios estão sendo desvendados consiste em que “a memória mais confiável”, ou seja, aquela que melhor conserva sua forma original, “é aquela que quase nunca utilizamos”, de acordo com as explicações do cientista Martín Cammarota. (GARCIA, 2006) Em perfeita sintonia com esses projetos e usando o mesmo léxico para divulgar suas próprias descobertas nas mídias, um psicólogo da equipe da Universidade McGill, acrescenta que nesse instante em que a lembrança é reorganizada e “arquivada” novamente no cérebro, ela se torna vulnerável a alterações. “Durante esse processo”, explica o Dr. Alain Brunet, “algum tipo de interferência ocorre, e a recordação se degrada”. (SINGER, 2007) Então, mesmo ganhando “confiabilidade” nesse processo de consolidação, a prolongada “falta de uso” de uma lembrança aumenta suas chances de ser esquecida, conforme esclarece o pesquisador do grupo latino-americano. (GARCIA, 2006) Levando as metáforas até o extremo, seria possível ilustrar todos esses depoimentos com a imagem de um arquivo informático perdido em algum velho disquete mofado, que ficou obsoleto após a última atualização dos equipamentos. Ou, então, cabe evocar uma confissão ardente, a fotografia de um acontecimento familiar ou a descrição sonolenta de um dia qualquer; enfim, todos os fragmentos de um relato vital desaparecidos junto com o site que hospedava um blog passado de moda, ou esquecidos em um fotolog que também perdeu atualidade no turbilhão do novo.

Cabe ainda citar, mais uma vez, os testemunhos do Dr. Pitman, pesquisador da Universidade de Harvard, cuja equipe subministra uma promissora droga em desenvolvimento quando os pacientes relembram um episódio traumático de sua experiência vital, com o objetivo de “atenuar a rearmazenagem dessas lembranças, para que a memória fique arquivada em uma versão mais fraca do que a original”. (VINCE, 2005) Apesar da insistente retórica informática, porém, diante dos questionamentos dos jornalistas, os cientistas envolvidos nesse projeto esclarecem que sua meta não consiste em “deletar lembranças”, visto que estas fazem parte da “identidade” de cada indivíduo. O que procuram fazer é outra coisa, como explica seu colega Karim Nader, da Universidade McGill: “diminuí-las um pouco para que não sejam tão avassaladoras”. (JHA, 2006) Mas a expressão em inglês utilizada pelo cientista é *turn down*, um verbo de estirpe claramente técnica que remete à função de pressionar uma tecla para diminuir o volume nos aparelhos do som.

Seguindo a mesma linha, vale citar alguns depoimentos ainda mais explícitos. A revista *Nature Neuroscience* publicou “a primeira demonstração de que uma lembrança é modificável sem alterar o

resto da memória”, cujos resultados provêm das pesquisas com ratos realizadas por outro importante cientista da área, Joseph LeDoux, da Universidade de Nova York, em colaboração com o Centro Nacional de Pesquisa Científica da França (DOYÈRE E LEDOUX, 2007). Uma integrante dessa equipe, a neurocientista Valérie Doyère, explicou em entrevistas que apesar do sucesso das experiências, ainda não há certeza de que o apagamento seja total, pois se trata apenas de “um esquecimento em nível sináptico”. (JEANCOURT-GALIGNANI, 2008: 26) A pesquisadora esclarece que não é exatamente a lembrança o que foi apagado do cérebro das cobaias, mas o que se elimina no laboratório é sua “carga emocional”. Portanto, assim como ocorre quando pressionamos a tecla *Delete* do computador para apagar um arquivo, de fato essa informação não se destrói: apenas perde-se a conexão lógica que permitia o acesso aos dados no disco rígido do aparelho. Por isso, também no caso destas intervenções neuroquímicas, pode não se tratar de uma verdadeira supressão das informações mentais inscritas no cérebro, mas “talvez a lembrança no nível celular simplesmente se tornou inacessível”, compara a Dra. Doyère. (JEANCOURT-GALIGNANI, 2008: 26)

Outra pesquisadora da área insiste na mesma direção: “não é possível apagar um trauma sério da memória de uma pessoa”, explica esta psicóloga da Universidade de Boston chamada Katherine Putnam, “trata-se de reconfigurar essas lembranças, a fim de conseguir algum tipo de distanciamento”. (SINGER, 2007) Assim, uma das formas mais convenientes de explicar – e, talvez, até mesmo de executar – esse tipo de “desconexão” com a própria história é fazê-lo em termos computadorizados, como se fosse possível habilitar ou bloquear tecnicamente o acesso às velhas informações arquivadas no cérebro. Para exemplificar apenas com outros dois casos que ampliam a mesma idéia, cabe citar duas pesquisas divulgadas em 2008: as de um grupo da Universidade da Califórnia, publicadas na revista *Proceedings of the National Academy of Sciences*, e as de outra equipe da Universidade de Buenos Aires, publicadas no *Journal of Neuroscience*. Este último grupo fez diversos estudos bem-sucedidos com uma proteína chamada NF- κ B, que participa tanto no processo de consolidação como no de reconsolidação da memória. No entanto, o cientista que liderou essas experiências esclarece que “não é que a memória seja apagada do cérebro, mas o que se inibe é a sua expressão”. (DRAGHI, 2008) Quanto ao outro caso acima citado, os pesquisadores verificaram que uma substância anestésica “interfere na comunicação entre as áreas do cérebro que controlam as emoções e as memórias de longo prazo”, propiciando assim o esquecimento de lembranças específicas. (BBC Brasil, 2008)

Mais uma vez, então, depurando a idéia do apagamento ou da eliminação total das informações armazenadas no cérebro humano, surge esta definição mais precisa que aponta para uma desconexão lógica: uma operação capaz de bloquear o acesso aos dados, que ainda podem permanecer hospedados, porém de algum modo extraviados no cérebro. Até porque, como constata Ivan

Izquierdo, “esquecemos a maioria das informações que adquirimos” já que “os mecanismos da memória se saturam”; por tal motivo, os processos habituais que comandam as recordações humanas precisam liberar velhas informações para poderem adquirir outras mais recentes ou para atualizarem aquelas consideradas importantes. (apud MARINHO, 2008: 49)

Mesmo parecendo bastante audazes, todas essas metáforas, comparações e ilustrações talvez não sejam exageradas. Os filmes de ficção-científica antes mencionados também usam e abusam desse tipo de imagens, recriando a tão sonhada “compatibilidade” entre os dispositivos informáticos e os circuitos mentais, como se ambos partilhassem a mesma lógica digital do software e do hardware. No primeiro episódio da trilogia *Matrix*, por exemplo, um fenômeno como o *dejà vu* – um tipo de paramnésia – é explicado como sendo um *bug* (uma falha técnica) no software que emula o mundo e que está *plugado* aos cérebros dos protagonistas. Em muitas dessas ficções, as lembranças transitam como fluxos de dados entre os cérebros dos humanos e as máquinas. Os roteiros costumam recorrer a capacetes conectados a computadores, estes últimos equipados com programas e dispositivos que escaneiam os cérebros dos personagens, de modo semelhante a como fazem as tomografias por emissão de positrones (PET) e os aparelhos de ressonância magnética funcional (fMRI), utilizados tanto nas pesquisas dos neurocientistas como nos consultórios médicos. Graças à conexão com esses dispositivos, prevê-se que seja possível não apenas decifrar a informação que trafega pelos circuitos do cérebro humano, mas também editar esse acervo, apagando o que for necessário e inserindo novos dados.

Para além da sua veracidade ou viabilidade, tanto essas ficções dos filmes como essas realidades dos laboratórios e dos jornais parecem sucumbir à sedução de uma memória totalmente sob controle. Algo assim como um aparelho que cada indivíduo logo poderá otimizar recorrendo às diversas ferramentas disponíveis no mercado. Uma memória que se sonha fotográfica e total ou, pelo menos, de uma totalidade customizada e programada à medida para cada um. Isso só pode ser pensado – e, inclusive, talvez realizado – se a memória for informatizada: ao permitir a *digitalização* dos “conteúdos mentais” e o processamento desses dados com a ajuda de computadores, são ultrapassadas as clássicas limitações biológicas do organismo humano. Superam-se, assim, as fraquezas desse corpo teimosamente material em sua rigidez *analógica*, que por isso tantas vezes se apresenta como obsoleto na atualidade, precisando ser “turbinado” com recursos técnicos. Trata-se, portanto, de uma memória super-humana, capaz de ultrapassar os velhos limites do aparelho psíquico descrito pela psiquiatria mais tradicional.

Metáforas semelhantes, embora ainda mais radicais, pontilham os discursos de outro tipo de cientistas, como o mencionado Ray Kurzweil e Hans Moravec, Marvin Minsky ou Kevin Warwick, cujas pesquisas também se baseiam nessa premissa de “compatibilidade” entre a mente humana e os

aparelhos informáticos. Tidos como expoentes da “linha dura” da inteligência artificial, tanto em suas diversas experiências de laboratório como em seus livros e artigos com tom futurista, esses pesquisadores costumam testar a capacidade dos computadores para incrementar as potencialidades da nossa cognição. São bastante conhecidos os ensaios desenvolvidos sob a direção de Hans Moravec na Universidade Carnegie Mellon, para citar apenas um exemplo: pesquisas que visam a descobrir um método eficaz de “fazer *download*” das informações supostamente armazenadas no cérebro humano, a fim de transferir todas essas lembranças individuais para um suporte informático. “Dentro de quarenta anos, todos os traços da vida mental de uma dada pessoa poderão ser inteiramente simulados por programas de computador”, escrevera o sociólogo Hermínio Martins há mais de uma década. Consequentemente, concluía esse autor aludindo a projetos como os de Moravec, “se poderia continuar a existir como uma mente sem o cérebro que antes suportava a vida mental”. (MARTINS, 1996: 195)

É longa a estirpe das perspectivas desse tipo: elas atualizam, na esteira digital, as experiências analógicas referidas ao “cérebro na cuba”, um tópico tão abundante na cogitação filosófica e nos laboratórios das ciências biológicas como no cinema *trash* e na copiosa literatura de ficção-científica. (VIDAL, 2007: 106) Agora, porém, em vez de interrogar a materialidade carnal do cérebro, cuja persistente mudez demasiadamente orgânica trouxe muitas frustrações e poucos resultados, as novas experiências apostam em preservar os dados supostamente contidos nessa fortaleza de carne. Já não se trata de cortar pedaços ou fazer incisões nessa carne incógnita: no extremo oposto da brutal lobotomia do velho hardware cerebral, as novas fórmulas tecnocientíficas recorrem à reprogramação do seu software.

Agora que os dispositivos informáticos permitem o acesso não intrusivo ao cérebro humano vivo e em ação, para observar e registrar todos seus “conteúdos”, intuimos que a essência pessoal reside nessa espécie de “software cerebral” que processa e contém as lembranças de cada sujeito. Trata-se de um tipo de substância que não é mais feita da enigmática matéria dos sonhos ou dos desejos inconscientes, mas de um tipo de matéria que seria tão editável, reproduzível e transferível como a informação processada por nossos computadores. E, melhor ainda, que é com ela compatível. Além disso, possui a nada desprezível qualidade de ser potencialmente imortal, graças à valiosa ajuda da parafernália digital e dos saberes neurocientíficos que agora são capazes de converter os dados contidos no cérebro nos coloridos *pixels* mostrados na tela do monitor.

O HOMO TECNO-LÓGICO E A PÍLULA DA FELICIDADE

Todas as pesquisas e os filmes aqui comentados partem de um mesmo pressuposto: compartilham uma categoria antropológica que nos últimos anos tem se tornado hegemônica na definição

das relações entre corpo, cérebro e subjetividade, e que já foi batizada como “sujeito cerebral”. De acordo com esse paradigma, o âmago de cada sujeito reside em seu cérebro; por tal motivo, pode ser resumido na expressão *brainhood*, em oposição à ideia psicologista de *personhood*. Nessa concepção, a estrutura cerebral é equiparada à arquitetura do psiquismo e até mesmo ao conjunto da subjetividade, de modo que a “identidade” de cada indivíduo seria redutível a esse órgão do corpo humano, pois nele se hospedaria a essência do que cada um é.

Assim, a partir da evidência de que o cérebro é o suporte orgânico necessário da vida mental, equiparam-se ambas as entidades; e ao constatar que cada sujeito não poderia existir sem seu próprio cérebro, deriva-se a suposição de que *somos* o nosso cérebro. É que este último poderia conter a totalidade do que cada um é, não apenas condicionando mas também determinando o *self*, enquanto se dispensa tanto o resto do corpo individual e a trajetória existencial como o contato com os outros e com o mundo. Essas crenças, tão fortalecidas pelos avanços das pesquisas neurocientíficas e por sua intensa divulgação midiática, nutrem duas tendências mais amplas, porém igualmente em ascensão na cultura contemporânea: o biologicismo e a medicalização. Por um lado, percebe-se a expansão de um reducionismo fisicalista que procura explicar todos os conflitos individuais e coletivos em termos anátomo-fisiológicos. Por outro lado, e em estreita relação com essa vertente epistemológica, cresce uma tendência a buscar soluções técnicas para tais problemas, aplicando os mais diversos medicamentos e terapias.

Esses processos assinalam uma redefinição do âmago da subjetividade, cujos eixos se deslocam das misteriosas essências da alma em direção às células, aos hormônios, às enzimas e proteínas, aos genes e aos circuitos cerebrais. Essa mutação na definição do cerne da “identidade” acompanha um trânsito das velhas categorias antropológicas alinhadas na subjetividade *psico-lógica* – um “modo de ser” característico da modernidade industrial – para uma subjetividade de tipo *tecno-lógica*, que ganha preeminência no capitalismo informatizado e globalizado destes inícios do século XXI. O sujeito cerebral é uma das figuras que emergem neste novo contexto, sendo outra de suas manifestações o persistente “sujeito genético” que também prolifera nos discursos científicos, midiáticos e artísticos da contemporaneidade. Longe de serem excludentes, essas duas formas de determinismo fisicalista de máxima atualidade muitas vezes se afiliam e até mesmo se complementam.

Quais são as implicações destes deslocamentos no cerne do que significa ser humano? Em vários sentidos, é evidente que eles abrem novas oportunidades, além de nos libertar de velhas amarras cognitivas e morais, permitindo ver certas arestas da realidade que sob os velhos paradigmas eram mais difíceis de enxergar, e ampliando as possibilidades de agir no mundo. Em outros sentidos, porém, essas redefinições também podem gerar novas amarras, fechando certas portas ao cristalizarem como verdades exclusivas e, portanto, tirânicas, sob o preço de restringir a rica com-

plexidade da condição humana. Pois o mero fato de localizar um “correlato neural” para cada tipo de experiência humana não significa necessariamente que exista uma relação de causalidade ou de equivalência entre ambos os fenômenos, como muitas vezes parecem propor esses tipos de explicações.

Talvez o segredo para fugir destas armadilhas resida em efetuar uma distinção que costuma ser ignorada, especialmente na divulgação midiática dessas novas verdades. Trata-se de uma diferenciação clara entre os objetivos terapêuticos e as aspirações filosóficas das novas “ciências da vida”. Ou, de acordo com a classificação de Alain Eherenberg, entre os programas “forte” e “fraco” das neurociências. Seria tolo negar a importância das novas pesquisas, tanto na compreensão do funcionamento cerebral como no tratamento de certas patologias neurológicas. Existe, porém, nesse campo de saber, uma ânsia de ir além: de dar um passo a mais que pode ser um passo em falso e muitas vezes é, de fato, “um passo demais”. (EHRENBURG, 2004: 139) Essa pretensão excessiva é, precisamente, a ambição ontológica dessa “biologia da consciência”, que almeja redefinir o ser humano exclusivamente em termos neurais, não apenas para explicar a totalidade da experiência humana em função dos fluxos neuroquímicos, mas também para intervir tecnicamente no organismo a fim de “otimizar” os desempenhos individuais e coletivos.

Essa necessidade de assinalar limites nas aspirações aparentemente ilimitadas desses projetos também é defendida pelo neurobiólogo Roberto Lent, que comanda um laboratório na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para esse pesquisador brasileiro, um problema ético surge com essa possibilidade de orientar os resultados das pesquisas “para aprimorar o que é normal, uniformizar o que é diverso, enfim, mudar a natureza humana”. (LENT, 2006: 16) De acordo com essa perspectiva, o perigo se apresenta quando a medicina abandona seu tradicional objetivo de curar doenças para criar técnicas tendentes a “aprimorar” aspectos do organismo humano que não se consideram patológicos. Melhorar a performance dos sujeitos, mesmo que para consegui-lo seja necessário provocar alterações no cérebro. Aludindo às pesquisas em torno da administração técnica da memória, Lent cita os exemplos de outras drogas que se tornaram populares, tais como o Viagra, o Prozac e o Botox, remédios criados com fins terapêuticos para tratar a disfunção erétil, a depressão e as alterações do tônus muscular, mas que hoje são utilizados como “ferramentas cosméticas” ou como dispositivos para intensificar quimicamente o campo da experiência. Algo semelhante poderá ocorrer com os medicamentos capazes de potencializar a memória ou *deletar* lembranças, explica o cientista. Portanto, será preciso enfrentar um dilema ético na hora de decidir se jovens considerados “normais” ou não doentes poderão ingerir uma “pílula da memória” para concorrer a uma vaga de emprego ou para ingressar numa universidade, por exemplo, na disputa com candidatos que não recorreram ao auxílio químico e, em consequência, estariam em desvantagem. (LENT, 2006: 16)

Ao mudar o estatuto do cérebro, que em vez de um órgão corporal passa a ser um ator social

quase autônomo, o paradigma do “sujeito cerebral” privilegia o desempenho mensurável de cada indivíduo – sempre de acordo com a lógica da produtividade e do custo-benefício. Ao mesmo tempo, essa mitologia cada vez mais arraigada em nossa cultura tende a negligenciar outras formas de compreender a subjetividade encorpada e a vivência de um mundo que se desenvolve na história e é socialmente compartilhado. Nesse gesto claramente reducionista, corre-se o risco de se esfacelar o próprio estatuto do sujeito, que é social e falante por definição – ou, pelo menos, que assim costumava ser. Em nome desse objetivismo tecnocientificista que hoje triunfa por toda parte, impugna-se toda a riqueza da subjetividade corpórea e da sociabilidade discursiva. É substituí-se a velha interioridade metafísica ou psicológica (a da alma, da mente ou do psiquismo *analógicos*) por uma reluzente interioridade física, biológica ou mesmo tecnológica: a do cérebro, dos genes ou outras entidades carnis e igualmente ocultas “dentro” de cada um, porém cada vez mais visíveis, objetiváveis e *digitalizáveis* por meio de recursos técnicos. O que as torna passíveis de serem convertidas em informação. Somente nesse contexto poderiam surgir as novas propostas de agir sobre o tecido neural para alterar sua carga informativa, liberando os sujeitos de suas más lembranças e outros pesares demasiadamente humanos, em uma espécie de lipoaspiração mental vendida como um procedimento limpo e indolor que irá contribuir à procura individual do tão prezado bem-estar.

Se essa memória informática triunfa hoje e se torna alvo de tanta avidez nas pesquisas, é porque ela é politicamente útil no projeto de sociedade em que estamos imersos. Essa memória não é apenas compatível com as nossas máquinas, mas ela também é perfeitamente afinada com o mundo contemporâneo: é funcional a seus interesses. Assim como os sequenciadores de DNA são capazes de ler a informação que codifica os genomas dos seres vivos, os PET-Scan e os aparelhos de ressonância magnética também podem ler o conteúdo dos cérebros em plena atividade. As novas “ciências da vida” criaram e demandam essa compatibilidade entre os corpos humanos e tais aparelhos. As máquinas que se conectam aos organismos de homens e mulheres são capazes de decifrar a informação neles inscrita, desvendando os dados que definem a “identidade” de cada sujeito: decifram a essência individual, aquilo que faz com que cada um *seja* o que é.

Por isso, essa informação revelada nos *pixels* das imagens que mapeiam o cérebro ou nas cifras do código genético ainda pode ser comparada com a velha alma, ou com o espírito, a consciência e o psiquismo. Contudo, há uma diferença fundamental: ela é manipulável por meio de técnicas bem diferentes daquelas que serviam para interpelar essas entidades mais antigas – tais como a psicanálise, a introspecção, as belas artes ou o catálogo completo das ciências humanas e sociais. Os dispositivos que servem para acessar e decifrar a nova informação vital são variados, porém todos eles respondem ao horizonte digital e eletrônico que orienta esses novos saberes, irmanados por uma vontade de *digitalização* da vida: um anseio de tudo transformar em informação.

E as novas técnicas são – ou, pelo menos, almejam ser – bem mais eficazes do que aqueles rudes métodos *analógicos* que procuraram interpretar a consciência e esculpir a alma ao longo da era industrial. Pois aquela substância imaterial mais antiga – o psiquismo que de algum modo se considerava compatível com os saberes e dispositivos da era industrial – não era apenas rígida, opaca e resistente à penetração técnica, mas além disso era misteriosa por definição. A alma analógica escondia teimosamente seus segredos, que jamais se revelariam por inteiro. Já a informação digitalizável inscrita em nossas células é bem mais acessível: seus enigmas estão sendo decifrados. E, por serem compatíveis com os mais diversos artefatos, o grande sonho da tecnociência é que todos esses códigos e sinais logo serão transparentes: totalmente decifráveis e, portanto, modificáveis à vontade.

Mas por que tamanho anseio de controlar a própria memória? É sob o custo de simplificar demais a complexidade da condição humana que se torna possível manipulá-la tecnicamente, reduzindo a mente às suas bases neurais e tratando-a como um mero dispositivo gerenciador de informações. Nesse projeto que se apresenta como sendo puramente técnico, busca-se a eficácia – e, não raro, ela costuma ser encontrada. Entretanto, por que desejamos editar nossas lembranças, apagando algumas recordações e implantando outras? Para sermos felizes. Eis a resposta mais óbvia: para melhorar a nossa “qualidade de vida”. Essa promessa é sublinhada no filme *Brilho Eterno...*, no qual basta confessar a própria infelicidade para merecer a operação que irá deletar as lembranças indesejadas. O serviço vendido pela empresa Lacuna é justamente esse: soluções para a infelicidade mais trivial que possa afetar o prezado cliente. Em um plano menos fictício, não em vão se procura a “penicilina da mente”, uma solução técnica que permitirá tratar os sofrimentos mentais com tanta eficiência como já sabemos lidar com as doenças infecciosas. (ANDREASEN, 2001) Nesse ousado caminho, outra pesquisa recente conseguiu que um grupo de voluntários “suprimisse com sucesso uma lembrança”. No entanto, o próprio neurocientista que liderou a experiência no Massachusetts Institute of Technology, denominado John Gabrieli, admitiu que os resultados ainda são modestos, porém também declarou que a descoberta seria legítima se conseguisse “tornar um paciente 20% mais feliz”. (SINGER, 2007)

Esse consenso e essa insistência em torno desse ideal de felicidade podem evocar, com perturbadora exatidão, o ambíguo bem-estar que imperava no romance *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, célebre retrato de uma sociedade tecnicamente administrada. Com os processos biológicos sob controle e sem imprevistos de nenhum tipo, nesse “mundo feliz” todas as angústias, tristezas e dúvidas podiam ser eliminadas graças aos eficazes produtos da indústria farmacêutica. Hoje convertida em objeto de uma disciplina científica com fins práticos e enorme sucesso, a felicidade tornou-se uma mercadoria muito bem cotada: todo o mundo quer e está disposto a comprá-la, mesmo que para tanto seja necessário recorrer ao crediário pagando os altos juros do cheque

especial. Em 1932, a epígrafe do livro de Huxley profetizava: “As utopias são realizáveis, a vida avança rumo às utopias, pode ser que um novo século comece...”. Nessa esteira, cabe lembrar que o mencionado Eric Kandel, neurocientista laureado com o Prêmio Nobel no emblemático ano 2000 por suas pesquisas sobre a memória, afirmou que “assim como o século XX foi da genética, o século XXI será das neurociências”. (EHRENBERG, 2004: 130) Ao que parece, então, o mais novo e admirável *mundo novo* está só começando.

DIGERIR GOLES AMARGOS OU “RECORTAR E COLAR”

À luz destes sonhos tecnocientíficos que se alinham no paradigma do “sujeito cerebral”, e que vaticinam tanto uma memória total e imortal como uma memória editável ao gosto de cada consumidor, adquire novos matizes o “esquecimento feliz” proposto por Friedrich Nietzsche nos remotos finais do século XIX. Intempestivamente, naquelas épocas de memória hipertrofiada e febre historicista, o filósofo admirava-se com o fato de o homem não ser capaz de “aprender o esquecimento”. No entanto, ao contrário do que ocorre com os animais, para os humanos é “absolutamente impossível viver, em geral, sem esquecimento”. (NIETZSCHE, 2003: 10) Mas o filósofo notou que o homem moderno vivia atrelado ao passado: “por mais rápido que ele corra, a corrente a que está agrilhado sempre o acompanhará”. (FRANCO FERRAZ, 2002: 59) No turbilhão contemporâneo, porém, o esquecimento costuma devorar quase tudo sem piedade alguma, portanto esse atributo humano não parece precisar de ninguém que o defenda arduamente. Mas de que esquecimento se trata? Será que essa desmemória atual continua a ser a “mais alta capacidade do espírito” que Nietzsche enaltecera há mais de cento e trinta anos? Hoje em dia, esses grilhões que nos prendem ao passado individual – para não mencionar o coletivo – talvez estejam se afrouxando, com a indispensável ajuda das soluções prometidas pela tecnociência. Será que nos libertaremos do fardo da lembrança e aprenderemos, enfim, o esquecimento feliz?

A resposta não é simples, e talvez demande algum atalho ardiloso. Vale a pena contemplar a publicidade de um portarretratos digital, por exemplo, cujo slogan exclama o seguinte: “este produto exibe fotos que mudam tão rápido como a vida!”. A imagem da promoção mostra uma série de três fotografias enquadradas em uma moldura que parece tradicional, mas a epígrafe explica o engenhoso *upgrade* do dispositivo: “parece uma colagem de fotos de família belamente emolduradas... mas, como a vida muda, aqui é muito fácil substituir as fotos velhas!”. É claro que não se trata de um fenômeno isolado. Na mesma linha se inscrevem os serviços de “apagamento de pessoas” nas fotografias familiares do passado, por exemplo. Uma reportagem sobre a popularização dessa técnica comentava o caso de uma mulher que, após o divórcio, resolveu eliminar seu ex-marido do álbum familiar. “Cada vez que olhava as fotos, passava mal”, confessa a ex-esposa, “portanto resolvi

apagá-lo”. Além desses serviços profissionais realizados com software para a edição de imagens, como o conhecido *PhotoShop*, as câmeras digitais já oferecem recursos para que o próprio usuário possa realizar essas operações de “recortar e colar” nos instantâneos do seu próprio passado. Para depois publicá-las, caso o desejar, em seus fotologs da Internet. Dessa forma é possível deletar, com total rapidez e facilidade, tudo aquilo – e todo aquele – que não mereça ficar no indigesto desvão da memória. Nesse sentido, as ferramentas digitais prometem ser bem mais eficazes do que os antigos métodos analógicos da “página virada” da própria história, ou mesmo da lenta ruminação intestinal dos eventos do passado.

Pelo mesmo motivo, longe daqueles diários íntimos do século XIX, nos quais o tempo sedimentava em vagarosas camadas de sentido e era preciso recobrá-lo nessa empreitada tão insistente como cotidiana – uma aventura na qual os mergulhos introspectivos eram tão importantes como a retrospecção na arqueologia do *eu* –, os atuais “blogs confessionais” formam prolixas coleções de pílulas de tempos presentes que se organizam cronologicamente. Ademais, agora é lícito abandonar essa tarefa de registro cotidiano se ela se tornar cansativa ou enfadonha demais, sabendo que sempre será possível renascer em outro momento, abrindo um outro blog ou mesmo um fotolog, uma nova assinatura no *Orkut* ou no *FaceBook* ou no *Twitter*, ou então em alguma outra novidade que logo irá aparecer e será ainda mais cintilante do que a anterior. Sempre é possível recomeçar, não apenas com outro *layout* mais atraente e atual, mas inclusive com um perfil renovado. Afinal, o que se cria nessas praias virtuais são “identidades de férias”, de acordo com a expressão de Philippe Lejeune; formas subjetivas com regras mais frouxas e flexíveis daquelas que vigoravam algum tempo atrás. Por isso mesmo, elas permitem “desvencilhar-se um pouco do peso da própria vida, dar-se uma nova oportunidade”. (LEJEUNE, 2000)

Nas práticas confessionais da Internet, assim como nos filmes antes comentados e nas pesquisas científicas tendentes a desenvolver técnicas capazes de “editar” as lembranças, a memória humana costuma ser pensada sob a lógica da informação. E é sob essa lógica que ela também é tratada: como se fosse possível seccionar, fragmentar, editar, *deletar*, copiar e retocar digitalmente seus “conteúdos” gravados no cérebro – ou no disco rígido do computador, tanto faz. E não é por acaso que essas imagens distam muito das visões de alguns pensadores do século XIX, como o mencionado Nietzsche e Henri Bergson. Em seus textos, esses autores apresentaram outras maneiras de digerir a memória do tempo vivido, e outros modos de criar o presente sobre as bases desses alicerces passados e constantemente atualizados na experiência vital.

Sob a perspectiva de Bergson, por exemplo, a função do cérebro não consiste em armazenar recordações mas em “suspender a memória”, uma suspensão interessada que nada mais é do que uma forma do esquecimento necessário à vida e à ação. Assim compreendido, “o cérebro não serve

para guardar ou 'arquivar' lembranças mas, ao contrário, para suspendê-las, para evitar que nos açodem, impedindo-nos de agir no mundo". (FRANCO FERRAZ, 2005) Entretanto, suspender não equivale a *deletar*. De modo algum, aliás, pois nesse caso tudo permanece na virtualidade do espírito e tudo pode, sempre, retornar. Eis uma outra maneira de lidar com as vivências pessoais, bem diferente do modo com que os nossos computadores e os sistemas de busca da Internet processam as informações. Uma modalidade mais aparentada com os metabolismos orgânicos ao gosto nietszchiano, ou até mesmo com as pesadas engrenagens da velha mente analógica. Porque essa suspensão bergsoniana visaria a filtrar as percepções e lembranças, como uma proteção contra o afluxo avassalador que paralisava Ireneo Funes, por exemplo, aquele "memorioso" protagonista do conto que Jorge Luis Borges escrevera em 1944. Funes não era apenas capaz de captar absolutamente todas as arestas da realidade mas, além disso, não conseguia esquecer de nada. Sempre deitado e quase inerte em seu leito, esse infeliz personagem vivia "sob a pressão de uma realidade infatigável" que lhe impedia toda ação e inclusive toda reflexão.

Seduzidas por sonhos desse tipo, porém, as propostas atuais de otimizar tecnicamente uma memória informatizada contrastam com aqueles olhares filosóficos de outros tempos. Segundo essas perspectivas mais antigas, seria tão impossível como indesejável desenvolver uma memória *editável* do puro instante, ou mesmo uma memória total capaz de fundir duração e instante, como aquelas que iluminam o horizonte do "sujeito cerebral" que hoje se espalha enquanto tudo se digitaliza. "Duas ou três vezes tinha reconstruído um dia inteiro", relata Borges a respeito de Ireneo Funes, "nunca duvidara, mas cada reconstrução lhe demandara um dia inteiro". Pois apesar de sua prodigiosa memória e sua aguda percepção, esse personagem era incapaz de "filtrar"; com seu mecanismo cerebral super-eficaz, ele estava condenado a *tudo* lembrar. Como disse Sergey Brin, um dos fundadores do *Google*, na frase que serve de epígrafe a este artigo: "por que não melhorar o cérebro? Talvez no futuro poderemos implantar uma pequena versão do *Google* que você poderia simplesmente plugar no seu cérebro". (LOWENSTEIN, 2005)

Cruzando novamente as sutis fronteiras entre a realidade e a ficção, cabe mencionar aqui o caso de Kim Peek, uma das vítimas mais famosas da "síndrome de savantismo". O cérebro deste homem real, nascido em 1951 na cidade de Salt Lake City, nos Estados Unidos, possui sérias deformidades estruturais: além de ser muito grande, carece do corpo caloso e tem um cerebelo pequeno e deformado, rodeado de líquido no espaço circundante. Essas malformações são responsáveis por alguns problemas de mobilidade e coordenação que o afetam desde criança. Porém, apesar dessas anomalias desfavoráveis (ou talvez por causa delas?), seu cérebro funciona como uma espécie de *Google* capaz de memorizar uma quantidade impressionante de dados e encontrar referências exatas entre os milhões de informações que ele não cessa de arquivar da maneira mais espantosamente literal.

Descrito pela primeira vez em 1887, o savantismo ainda é um enigma para os especialistas em neurociências, que procuram entender essa estranha combinação entre uma capacidade de memória super-humana e uma série de deficiências básicas no nível físico e no desenvolvimento mental. Pois mesmo tendo decorado milhares de obras literárias – que lê em escassos minutos e consegue recitar textualmente vários anos depois, com referências exatas aos números das páginas –, Kim Peek não consegue realizar certas tarefas cotidianas muito simples e tem grandes dificuldades para compreender e efetuar abstrações. Um caso semelhante é o de um locutor de rádio que recebeu o apelido de *Googleman* pois, como ele próprio explica, é capaz de “lembrar de qualquer evento pessoal, até do clima que fazia nas datas perguntadas”. (DE DOMINI, 2008) Os meios de comunicação ainda ecoaram, recentemente, o caso de uma mulher de 42 anos que procurou ajuda médica porque se sentia agoniada pelo assédio perpétuo das lembranças: “alguns dizem que é um dom”, relata, “porém eu acho que é uma espécie de castigo; toda minha vida gira em torno da minha cabeça, das minhas lembranças, e isso está me deixando louca”. (DE DOMINI, 2008)

“Doentes da memória”, tal é o apelido que recebem aqueles que sofrem do transtorno do estresse pós-traumático, esse mal-estar de época que justifica a ávida busca pela “droga do esquecimento”, pois suas vítimas não conseguem se livrar de certas recordações extremamente dolorosas. Entretanto, os verdadeiros doentes das lembranças talvez sejam personagens como o fictício Irineo Funes ou o incrivelmente real Kim Peek, por exemplo, que por vezes parecem encarnar o sonho tão atual do “implante de memória”, embora todos eles estejam condenados às tiranias de uma memória informática e a uma sociabilidade muito limitada, que os especialistas costumam associar com o autismo. No abarrotado mundo de Funes “não havia senão detalhes quase imediatos”, lembra o ficcionista argentino, infinitas minúcias bem precisas e enfileiradas uma após a outra, todas igualmente importantes, exatas e vãs. O caso de Peek é quase idêntico: apesar de ser capaz de fazer cálculos muito complexos, além de saber de cor todos os códigos postais e mapas urbanos do seu país, “sua capacidade de pensamento abstrato ou conceitual é limitada; não consegue, por exemplo, explicar vários provérbios corriqueiros”. (TREFFERT E CHRISTENSEN, 2006: 57)

Esses paradoxos tão fictícios como reais talvez tenham uma explicação: para poder pensar, agir, viver e lidar com os outros, é preciso “exercer a mais alta atividade do espírito”, nietzchianamente falando: esquecer. Ou, mais bergsonianamente: suspender. Ou, como diria Borges: esquecer diferenças, generalizar, abstrair. Mas a definição desse esquecimento que todos esses autores sugerem é bem mais complexa do que o simples “apagamento de lembranças” procurado pela nossa tecnociência digitalizante. Neste caso, esquecer significa ruminar e digerir; filtrar, escolher, selecionar e hierarquizar; enfim, todas operações fundamentais para poder decidir, agir e criar. Algo que só um sujeito pode fazer, não um computador e nem um cérebro. Portanto, nada

mais distante de apagar, copiar ou editar, eliminando algumas cenas e retocando outras com a ajuda de programas como o *PhotoShop* ou a tecla Delete.

BIBLIOGRAFIA

ANDREASEN, Nancy. *Brave New Brain: Conquering Mental Illness in the Era of The Genome*. New York: Oxford University Press, 2001.

BÄR, Nora. "Identifican la proteína esencial para que persistan los recuerdos", *La Nación*, Buenos Aires, 12 Feb. 2008.

BBC Brasil. "Anestésico pode apagar memórias ruins, diz estudo". *BBC Brasil*, 27 Mar. 2008.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória. Ensaio Sobre a Relação do Corpo com o Espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BORGES, Jorge Luis. "Funes, el memorioso". In *Obras Completas*, v. 1. Buenos Aires: Emecé, 1999; p. 485-490.

DE DOMINI, Guillermina. "Googleman: La pesadilla de no poder olvidar". *Clarín*, Buenos Aires, 15 Abr. 2008.

DOYERE, Valérie; LeDoux, Joseph; et al. "Synapse-specific reconsolidation of distinct fear memories in the lateral amygdale". *Nature Neuroscience*, n. 10.1038, 2007; p. 414-416.

DRAGHI, Cecilia. "Hallan cómo inhibir un mecanismo que permite consolidar recuerdos". *La Nación*, Buenos Aires, 30 Abr. 2008.

EHRENBERG, Alain. "Le sujet cerebral". *Esprit*, Paris, n. 309, 2004; p. 130-155.

FIELDS, Douglas. 2006. "Apagando memórias: cientistas já sabem como eliminar lembranças nefastas". *Mente & Cérebro*, n. 162, São Paulo, 2006; p. 49-53.

FRANCO FERRAZ, Maria Cristina. "Memória, esquecimento e corpo em Nietzsche". In *Nove Variações sobre Temas Nietzscheanos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FRANCO FERRAZ, Maria Cristina. "Tecnologias, memória e esquecimento: da modernidade à contemporaneidade". *Fanecoz*, n. 27, Porto Alegre, 2005; p. 49-57.

GARCÍA, Rafael. "Estudo revela base química de 'droga do esquecimento'". *Folha de S. Paulo*, 18 Junho 2007.

GARCIA, Rafael. "Proteína dá 'supermemória' a roedores". *Folha de S. Paulo*, 13 Feb. 2008.

HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. São Paulo: Globo, 2001.

IZQUIERDO, Iván. *Memória*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

- IZQUIERDO, Iván; CAMMAROTA, Martín; et al. "BDNF is essential to promote persistence of long-term memory storage". *Proceedings of the National Academy of Sciences*, n. 105, 2008; p. 2711-2716.
- IZQUIERDO, Iván; CAMMAROTA, Martín; et al. "Endogenous BDNF is required for long-term memory formation in the rat parietal cortex". *Learning and Memory*, n. 12, 2005; p. 504-510.
- JEANCOURT-GALIGNANI, Oriane. "La pilule de l'oubli". *Philosophie Magazine*, n. 12, 2008, p. 22-26.
- JHA, Alok. "Pill could make painful memories a thing of past". *The Guardian*, 03 Fev. 2006.
- KURTZWEIL, Ray. "Ser humano versão 2.0". *Folha de São Paulo*, 23 Março 2003.
- LEJEUNE, Philippe. *Ciber Écran... Journal Personnel, Ordinateur, Internet*. Paris: Seuil, 2000.
- LENT, Roberto. "Não é mais ficção". *Veja*, São Paulo, 27 Set. 2006; p. 13-17.
- LOWENSTEIN, Roger. "The Story of the Search, Applause Included". *The New York Times*, Nov. 20, 2005.
- MARINHO, Antônio. "Para lembrar, é importante esquecer: Entrevista com Ivan Izquierdo". *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 de junho de 2008.
- MARTINS, Hermínio. *Hegel, Texas e Outros Ensaíos de Teoria Social*. Lisboa: Século XXI, 1996.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva: Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- ORTEGA, Francisco; BEZERRA, Benilton. "O sujeito cerebral", *Mente & Cérebro*, n. 162, São Paulo, 2006; p.16-17.
- PITMAN, Roger; NADER, Karim. "Effect of post-retrieval propranolol on psychophysiologic responding during subsequent script-driven traumatic imagery in post-traumatic stress disorder". *Journal of Psychiatric Research*, n. 42(6), 2007; p. 503-6..
- SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico: Corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- SIBILIA, Paula. *O Show do Eu: A Intimidade como Espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SINGER, Emily. "Erasing memories", *Technology Review*, Cambridge, 13 Julho 2007.
- TREFFERT, Darold; CHRISTENSEN, Daniel. "O homem que não esquece". *Mente & Cérebro*, n. 162, São Paulo, 2006; 55-59.
- VIDAL, Fernando. "Eternal Sunshine of the Spotless Mind and the cultural history of the self". *Werkstatt Geschichte*, n. 45, 2007; p. 96-109.

VIDAL, Fernando. "Brains, Bodies, Selves, and Science: Anthropologies of Identity and the Resurrection of the Body". *Critical Inquiry*, n. 28, 2002; p. 930-974.

VINCE, Gaia. "Memory-altering drugs may rewrite your past". *New Scientist*, n. 2528, Londres, 03 Dez. 2005.

NOTAS

1 - Uma versão anterior deste artigo foi publicada sob as seguintes referências: SIBILIA, Paula. "Clique aqui para apagar más lembranças: A digitalização do cérebro em busca da felicidade". In: FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel; COUTINHO, Eduardo (Orgs). *Mídia e poder: Discurso, ideologia e subjetividade*. Rio de Janeiro: Ed Mauad, 2008; p. 157-185.